

**Trazer o pão de Cristo, mas produzir o pão do Brasil:
um estudo de caso da atuação jesuítica na economia interna colonial.**

Vinicius Maia Cardoso
Mestre em História – UNIVERSO
maia-vinicius@ig.com.br

Esta comunicação foi produzida tendo por base minha dissertação de mestrado “Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX”, tem como objetivo situar a Companhia de Jesus na qualidade de elite colonial na conquista da região fluminense, sua ocupação e povoamento (colonização) não apenas relacionando-a ao aspecto religioso representado pelo trabalho missionário, mas também por sua inserção no contexto e peculiaridades da economia interna colonial, constituindo espaços de produção de gêneros básicos para abastecimento. A análise terá o uso de fontes primárias e bibliografia especializada, incluindo-se o inventário de seqüestro, em 1759, da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição da Papucaia, situada no vale do Macacu, *hinterland* do recôncavo da baía da Guanabara (Sertões de Macacu). Por se tratar de estrutura privilegiada na produção de farinha de mandioca para abastecimento de aldeamentos e do Colégio do Rio de Janeiro, possivelmente também atuava comercializando esse artigo no mercado interno colonial. Buscar-se-á também apresentar a organização da escravaria dessa fazenda como exemplo de um “modelo de gestão” dos Jesuítas que pode ter contribuído significativamente na formação de uma comunidade escrava interna à fazenda.

Uma elite no contexto da conquista: Buscando analisar o processo da conquista, ocupação e colonização portuguesa na região fluminense, a qual tem início com a chegada das primeiras famílias ao recôncavo da baía da Guanabara na segunda metade do século XVI, João Luís Fragoso demarcou três recortes temporais distintos na constituição da elite colonial: de 1565 e 1600, famílias conquistadoras; de 1601 a 1620, primeiros povoadores e, de 1621 a 1700, senhores de engenho. Com maior especificidade, vale citar o cálculo feito pelo autor que mensura o conjunto de famílias na formação dessa elite senhorial do Rio de Janeiro:

De 1565 a 1700, temos a seguinte cronologia para a chegada de famílias que se tornariam senhoriais no decorrer do século: 14 desembarcaram entre 1565 e 1600, 13 de 1601 a 1620, e depois desta

data, 67 famílias. (...) 61% das 197 famílias que possuíram engenhos – em algum momento do seiscentos – tiveram seu começo antes de 1620; trata-se, portanto, do núcleo fundador da futura elite senhorial. As demais 77 ou 39% chegaram ao Recôncavo depois dessa época.¹

Esses três “grupos” apresentados, conquistadores, povoadores e senhores de engenho, moveram guerras contra alguns grupos indígenas. Contudo, não dispensaram alianças com outros. Realizaram o comércio, importante engrenagem no funcionamento daquela sociedade em formação. Constituíram um monopólio comercial onde casas nobres de maior prestígio, reprodutoras dessa sociedade adquiriram concessões reais para suas atividades. Essa elite constituiu uma sociedade alicerçada na garantia de obtenção de terras, privilégios e mercês do rei, com circulação de capital mercantil e baseada em relações pessoais (políticas) dadas pelo costume, e mediadas pela autoridade do monarca e seus prepostos. O capital mercantil foi elemento estruturante na formação dessa elite colonial, constituindo-se no processo de conquista, financiada em parte por sua ligação com o negócio de apresamento de índios. Empresa rentável em duas vertentes: acúmulo de recursos da primeira elite fluminense, e mão-de-obra disponível – os “*negros da terra*” – para trabalho nos engenhos da região do Recôncavo da Guanabara.²

Concentrada sua pesquisa para o Rio de Janeiro, Fragoso demonstrou o processo de constituição das fortunas de homens que nem sempre vieram para cá ricos, mas em busca de riquezas, títulos e privilégios concedidos por *El Rey* – e que possibilitavam igualmente a acumulação – aos que demonstraram disposição para a conquista. Entre estes privilégios, o acesso a cargos e o controle administrativo das câmaras municipais, instituições onde se expressava o poder senhorial local.

Dado o desinteresse da alta nobreza portuguesa na nova colônia ‘descoberta’, estando esta voltada para as rotas do leste, os primeiros donatários das concessões de terras em 1534 não pertenceriam àquele elevado estamento, nem seriam integrantes do grupo mercantil mais rico. Pelo contrário, muitos eram homens despossuídos de

¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII) In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Fragoso, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.32.

² FRAGOSO, *João Luis Ribeiro*, p.36

'cabedal' que facultasse empresa mais segura nas novas terras, mesmo em face dos privilégios jurídicos e fiscais outorgados pelo rei. Esta condição possibilitaria a vários indivíduos partir para o Novo Mundo em busca de terras, prestígio e poder pessoal, abrindo ao rei maior possibilidade de distribuir títulos e mercês. As famílias desses homens, primeiramente conquistadoras, e posteriormente povoadoras, associadas por casamentos, desdobraram-se em vários ramos genealógicos, constituindo a chamada *nobreza da terra*, dona de engenhos. Mas o conjunto dessa economia não será unicamente representado pela agroexportação. É já superada, na historiografia brasileira, a visão da sociedade colonial segmentada em dois únicos grupos antagônicos: senhores de engenho e escravos. Tal tipologia de estratificação social encontra-se vinculada a uma concepção de organização da economia colonial petrificada em modelos de análise que a definiam limitada à existência de unidades produtivas voltadas exclusivamente para exportação (os engenhos) dotadas de grandes escravarias, e que desconsiderava a existência de um setor de produção e acumulação endógena de capital mercantil. Francisco Carlos Teixeira da Silva criticou essa abordagem situando que, *até em regiões onde, por pressuposto, deveríamos encontrar a mais nítida polarização senhor/escravo, uma análise mais detalhada nos permite ver estratos sociais mais variados.*³ Assim, esse binômio se vê 'desqualificado'. Entre estes 'extremos' existia uma miríade de pequenos produtores escravistas não excluídos na estrutura da sociedade colonial, mas integrados através da produção de alimentos por homens livres pobres. Segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio,

Esse homem livre e pobre, visto como uma verdadeira contradição por historiadores que só conseguem dividir a sociedade de então entre senhores (aliás, grandes senhores) e escravos, deixa, a partir daí, de ser apontado como um "excluído" ou "desclassificado". Estamos, agora, falando da maioria da população do Brasil colonial e imperial, que ao participar da produção de alimentos tornava-se co-responsável pela própria sobrevivência da sociedade como um todo. (...) Os trabalhos existentes já comprovaram de forma definitiva o caráter comercial da produção de alimentos. A posse de escravos por parte destes produtores (muitos com dezenas deles), e a sua relação com o mercado (patente na análise das dívidas ativas/passivas e na especialização da produção), acabam com a falsa relação estabelecida

³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990, p.65

por diversos historiadores entre "produção de alimentos" e "produção de subsistência", entendida aqui como produção voltada para o autoconsumo.⁴

Fontes para o século XVIII corroboram a crítica do conceito de subsistência apontada por Sampaio: “os senhores de engenho pela maior parte abandonam totalmente a cultura da mandioca, achando melhor conveniência em comprá-la do que em plantar a farinha para a sustentação da sua família e dos seus escravos”⁵. Segundo Silva, os pequenos cultivadores e roceiros não se encontravam esquematicamente subordinados aos plantadores de cana. Com poucos escravos produziam alimentos sendo produtores pequeno-escravistas.

Nem o abastecimento da *plantagem*, ou sua escravaria, se dava em termos de uma unidade retroprodutora – mormente baseada em uma economia natural – e nem tampouco, era a *plantagem*, através do seu setor natural, responsável pelo abastecimento dos núcleos urbanos, das tropas ou da matalotagem das naus.⁶

Nesse sentido, infere-se que, a produção da farinha de mandioca, alimento básico do mundo colonial juntamente com outros gêneros agrícolas para abastecimento, era atividade generalizada na Colônia, com vários produtores constituindo-se, ao lado dos senhores de engenho, um grande conjunto de *homens livres pobres*. Produção efetuada não num sentido restrito de subsistência, mas de *autosustento*, sendo esta com excedentes orientados para o mercado visando garantir, através da venda ou troca, o acesso a outros bens. Configura-se assim, no contexto da economia do recôncavo da Guanabara, um setor econômico formado por uma produção de caráter mercantil e de estrutura pequeno escravista. Houve autonomia da economia fluminense em relação às conjunturas internacionais, afastando-se esse contexto das teorias que anteriormente vinculavam as oscilações da economia da Colônia ao ritmo da economia internacional, donde se concluíra que a agroexportação *não teria gerado um mercado interno*

⁴ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo. Niterói: UFF, 1994, p.20 (Dissertação de Mestrado)

⁵ Carta do Conde de Resende à Coroa comunicando as razões que se tem oposto ao aumento da cultura da mandioca...Rio de Janeiro, 21 de abril de 1798. Arquivo Nacional, Códice 69, vol.8.

⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, A morfologia da escassez, p.68

*significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados ao seu abastecimento.*⁷

Essa autonomia, segundo Sampaio, seria gerada por fatores ligados à sua própria formação: a aquisição de mão-de-obra escrava barata para produção de alimentos e atividades monocultoras da *plantation*; baixo custo na produção de alimentos com formas não-capitalistas de produção, gerando um mercado interno onde se abasteciam essas mesmas *plantations* escravistas; aquisição de terras, obtidas em grande parte através de concessões reais, o que promoveu a acumulação desse fator de produção por pequeno grupo de agraciados, e a presença de forte acumulação endógena de capital gerado no setor mercantil.⁸ Analisando a estrutura socioeconômica da Vila de Magé para a segunda metade do século XIX, Sampaio caracterizou a produção pequeno-escravista de alimentos:

temos mais uma vez a demonstração clara do caráter comercial da produção de alimentos no período, ainda quando os agricultores a ela ligados tivessem poucos ou nenhum escravo. Mostra-nos, igualmente, que a possibilidade de acumulação de capitais por parte de tais agricultores não estava ligado apenas ao tipo de produção, mas à própria sociedade em que esta se inseria. Assim, tais possibilidades dependeriam de fatores os mais variados, tais como: a estrutura fundiária, a distância em relação ao mercado consumidor, a política estatal de abastecimento, o poderio dos produtores ligados à agroexportação, etc. Fatores estes que não devem ser tomados isoladamente, pois é na sua articulação que explicam não só a produção de alimentos, mas a própria sociedade em que a mesma se situava.⁹

Para região limítrofe a Magé, o vale do rio Macacu, que se estende de sua foz na Baía até a vertente da Serra dos Órgãos, a *Discripção do que contém o Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, traz dados para 1797, onde uma produção para circuitos mercantis internos se deu com estrutura semelhante à de Magé. Na fonte há os seguintes tipos de propriedades: 27 senhores de engenho (2,9%), embora também

⁷ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830*. RJ: Civilização Brasileira, 1998, p.63.

⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). RJ: Arquivo Nacional, 2003, p.23

⁹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *Magé na crise do escravismo*, p.16

produziram farinha; 238 fábricas de farinha (26%), especializadas na produção do gênero; 649 lavradores (71%) voltados para produção de farinha, arroz, milho, feijão. Portanto, “uma sociedade fortemente diferenciada não somente entre livres e escravos, como também no interior da própria população livre. Diferenciação esta que se reitera no tempo através de mecanismos de acumulação mercantil de capitais”.¹⁰

Juntos, fábricas de farinha e lavradores integram 887 propriedades. Também produziram açúcar, mas apenas 4.228 arrobas (18,3%), média de 4,7 arrobas (70,5 kg) por unidade/ano. Tinham um total de 4.913 cativos, média de cinco escravos por propriedade. Infere-se que este grande grupo de produtores moía cana nos engenhos, pagando taxas pelo seu uso. Os senhores de engenho são, em volume de produção, os menores produtores de gêneros alimentícios. Dos 67.852 alqueires de farinha produzidos, foram responsáveis por 3.671 alqueires (5,41%), o mesmo para o feijão (12,6%), arroz (1,1%) e milho (9,7%). Os engenhos também produziram um total de 582 pipas de aguardente e apenas 01 alqueire de goma (polvilho). Credita-se que os engenhos de açúcar não produziram alimentos a ponto de garantir o próprio abastecimento. As 238 fábricas de farinha lideraram a atividade farinheira, o que ratifica a especialização de Macacu na produção do gênero. Produziram 56,93% de toda a farinha (38.628 alqueires) em 179v7. Essas unidades produtivas não fabricaram uma única pipa de aguardente sequer. Os fabricantes de farinha produziram 44,8% do milho (1.811 arrobas) e 42,7% do feijão (1.489 arrobas). Os *lavradores*, 37,65% da farinha (25.548 alqueires) e 44,6% do feijão (1.557 arrobas). Produziram 5.573 arrobas de arroz (32,4%) e 1.833 de milho (45,4%). O Vale do Macacu, onde ficava a fazenda jesuítica objeto desta comunicação, de forma semelhante a Magé, era área não voltada para a agroexportação, mas centro produtor de alimentos para o mercado, sendo a farinha seu “produto-rei”.

Os Jesuítas na conquista, povoamento e economia colonial: A Companhia de Jesus foi participante ativa na conquista do recôncavo da Guanabara e também se viu inserida na continuidade do processo de ocupação em direção á serra dos Órgãos. Poderia ela se ‘encaixar’ na nomenclatura de Fragoso apropriada para analisar esse processo de colonização? No contexto da “fase” dos conquistadores? Dos povoadores? Senhora de

¹⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, Magé na crise do escravismo, p.18.

engenhos? Parece que a Companhia figura nesses três recortes temporais, mas de maneira bem peculiar, não se encaixando de forma exclusiva em nenhum desses períodos, ressalvado que Fragoso tem como ponto de chegada de sua análise, a constituição de *famílias senhoriais*, donas de moendas. Não exatamente como combatentes, mas como instituição partícipe da conquista, a Companhia de Jesus serviu como importante negociadora da colaboração dos indígenas nesse processo. Se não combateu, arregimentou combatentes, negociando o apoio dos indígenas na qualidade de imprescindível tropa no calor do conflito com franceses e também outros grupos indígenas igualmente fortes.

No acampamento de Estácio [de Sá] havia três jesuítas: dois padres (Gonçalo de Oliveira e Vicente Rodrigues) e um irmão leigo, os quais animavam os soldados e incentivavam os índios, levados ao zelo de manter na colônia a unidade da fé. O Pe Antonio Rodrigues, que chefiava os índios do Espírito Santo era o “Alferes da Bandeira de Cristo”, uma espécie de “segundo” nas campanhas de Mem de Sá.” (Cf. Serafim Leite, Breve Itinerário 190). E ainda “O dito Pe. José de Anchieta dava avisos ao Capitão Estácio de Sá o qual aí (no Rio) residia por ordem do Rei Dom João III, ou da Rainha Dona Catarina, advertindo-o que não mandasse partir as canoas para determinados lugares da nossa conquista, porque sabia que os índios tamoios aí tinham preparado emboscadas. E aconteceu diversas vezes que por causa de tais avisos, se acautelara o dito capitão das emboscadas, saindo-se bem de alguns empreendimentos por se valer desses avisos.”¹¹

A definitiva cessão e ocupação de terras pela Companhia de Jesus, inclusas as do vale do Macacu, se deram após o enfrentamento com os indígenas inimigos, quando atuaram como conquistadores, talvez pudesse se pensar em também encaixá-los no segundo recorte de Fragoso, como povoadores. Através de sua atuação missionária, sem esquecer seu caráter estratégico, se instalaria, na região do vale do Macacu, o aldeamento de São Barnabé. Próximo a este, a Fazenda da Papucaia. Embora esta se especializasse na produção farinheira, a Companhia de Jesus também possuiria engenhos de açúcar na cidade do Rio de Janeiro, atividade também com evidente destinação mercantil. Portanto, a Companhia de Jesus não teve uma ação isolada, como mero apêndice da conquista, povoamento e inserção nos quadros da economia fluminense nos séculos XVI e XVII. Foram os Jesuítas parte dessa mesma elite colonial,

¹¹ Cf. ASV. Congr. Rit. Anchieta, nº 306, 88v In: WETZEL, Herbert Ewaldo. Mem de Sá Terceiro Governador Geral: 1557-1572. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro, 1972

desfrutando das benesses da conquista através da aquisição de terras, privilégios comerciais, mercês do rei, isenções de taxas etc. Igualmente controlaram espaços de importância estratégica para a defesa do espaço colonial. Em aldeamentos, milhares de índios aguardavam para, dependendo das conveniências, servir a mando dos padres como força de combate, sem a qual não seria possível submeter inimigos europeus ou indígenas.

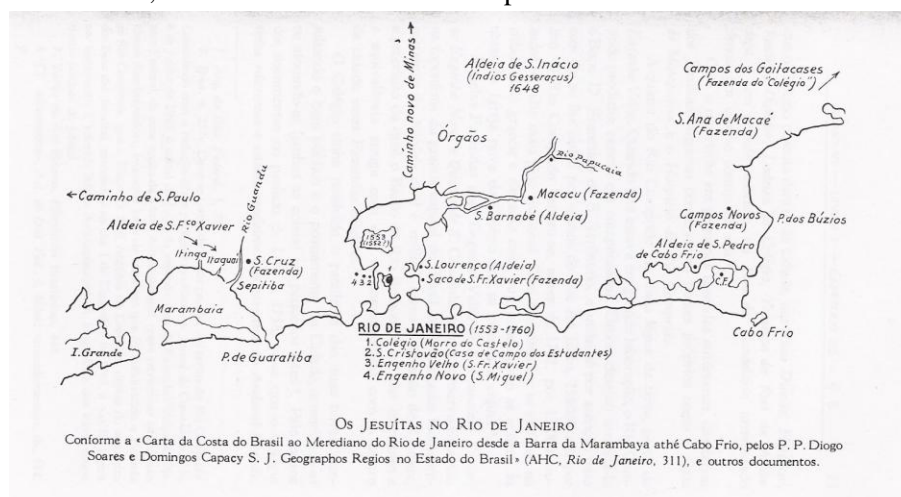
Matiza-se assim a posição dos inacianos naquela periodização proposta por Frágoso. Embora a mesma não possa ter sido concebida com a intenção prévia de incluí-los pelo simples fato de que um jesuíta não poder constituir família, tal questão, entretanto, em nada prejudica ou inviabiliza ao ponto de que os mesmos não possam ser inseridos nas “fases” dessa periodização. Foram a seu modo conquistadores. Implementaram o povoamento da região fluminense através da vinda de padres da Europa, da aquisição africanos feitos escravos, do descimento ou migração de indígenas de outras áreas coloniais. Integraram-se nos quadros da economia colonial construindo, após consolidado o processo de conquista, engenhos de açúcar e fazendas produtoras de gêneros alimentícios, em especial a farinha de mandioca, gênero mais que necessário ao consumo interno. Foram senhores de amplas terras, escravos, portos fluviais e marítimos, fazendas, sítios, casas de aluguel, trapiches, aliando ação missionária com detenção de boa fatia do mercado colonial. Os Jesuítas, além de proprietários rurais, foram donos de escravos, senhores de engenho, comerciantes de grosso, rentistas e...missionários.

A Fazenda da Papucaia: farinha para abastecimento: Como resultado da conquista, além da destruição de milhares de indígenas por guerras, doenças e tomada pelos conquistadores de muitas de suas terras férteis, a arregimentação das populações nativas em aldeamentos jesuíticos foi de importância capital para o projeto da colonização na região fluminense. Marcia Amantino definiu a natureza, número e objetivos desses aldeamentos instalados no Rio de Janeiro:

Os inacianos montaram, desde o século XVI, uma extensa e complexa estrutura de poder econômico e social que começava pela posse das terras e seguia em direção ao controle sobre a mão-de-obra. Argumentando precisar de terras para manter e ampliar o processo de catequização dos índios, obtiveram gigantescas extensões de terras

concedidas pelas autoridades coloniais através da doação de sesmarias e ampliadas posteriormente graças às compras e doações de particulares (...)Na Capitania do Rio de Janeiro, os inacianos eram responsáveis pelos aldeamentos de São Pedro da Aldeia (1617), São Lourenço (1568), São Francisco Xavier de Itinga (1627) e São Barnabé (1578), bem como, às Fazendas de Santo Ignácio dos Campos Novos (1630), de Sant'anna de Macaé (1630), da Papucaia de Macacu (1571), do Saco de São Francisco Xavier (?), de Santa Cruz (1589) e pelos Engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo (1577). Juntas, estas duas estruturas - aldeamentos e fazendas/engenhos – geravam produtos e lucros que eram redistribuídos tanto dentro da Colônia como para outras regiões do Império Ultramarino Português. Sua produção contava ainda com o benefício real de não serem taxados. Logo, seus preços eram bastante competitivos.¹²

Mapa 01 – Fazendas, e aldeamentos Jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro¹³.



A disposição dessas estruturas de produção (fazendas) e de arrematamento de populações indígenas (aldeamentos) na capitania do Rio de Janeiro pode ser observada no mapa acima. É possível perceber aldeamentos (Serafim Leite utilizou o termo “aldeia”) em pontos estratégicos: São Francisco Xavier, em Marambaia; Cabo Frio, no lugar homônimo; São Barnabé, no fundo da Baía da Guanabara e nas laterais da entrada dessa mesma baía, à esquerda, a cidade do Rio de Janeiro e à direita, São Lourenço, atual Niterói. Um triângulo defensivo em torno da baía e índios agrupados em aldeamentos nas áreas de possível penetração de invasores estrangeiros. Tentativas de

¹² AMANTINO, Marcia. *Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas* - Rio de Janeiro, século XVIII. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, Setembro de 2008. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/marciaamantino.pdf>> Acesso em: 28 set. 2008.

¹³ LEITE, SERAFIM *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. 206, Tomo VI, p. 130.

invasão esbarrariam numa resistência ampliada pela ação de aliados indígenas aldeados e coordenados pelos padres da Companhia de Jesus. Junto a esses aldeamentos observase também a instalação de fazendas de produção de gêneros agrícolas (arroz, milho, feijão) e agromanufaturados como açúcar e farinha de mandioca.

Na Colônia houve autonomia da economia fluminense em relação às conjunturas internacionais, afastando-se esse contexto das teorias que anteriormente vinculavam as oscilações da economia colonial ao ritmo da economia internacional, quando então se concluía que a agroexportação *não teria gerado um mercado interno significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados ao seu abastecimento*.¹⁴ Essa autonomia, segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio, seria gerada por fatores ligados à sua própria formação: a aquisição de mão-de-obra escrava barata para produção de alimentos e atividades monocultoras da *plantation*; baixo custo na produção de alimentos com formas não-capitalistas de produção, gerando um mercado interno onde se abasteciam essas mesmas *plantations* escravistas; aquisição de terras, obtidas em grande parte através de concessões reais, o que promoveu a acumulação desse fator de produção por pequeno grupo de agraciados, e a presença de forte acumulação endógena de capital gerado no setor mercantil.¹⁵

Após consolidação da conquista do recôncavo da baía da Guanabara, houve um continuado processo de conquista e interiorização nos sertões em direção à serra dos Órgãos. Tal horizonte, descortinado à vista dos portugueses quando entravam na baía, não seria alcançado sem antes os povoadores se ocuparem da distribuição de muitas léguas de terras que o separavam do mar. Na realidade, o desejo por terras cultiváveis, signo de riqueza, e também de prestígio, era objetivo primeiro desses homens. No conjunto dessas primeiras terras, doadas em sesmaria no recôncavo da baía da Guanabara após a expulsão dos huguenotes no século XVI, estão as cedidas a Cristóvão de Barros e Miguel de Moura, já em 1567, pouco após a fundação do Rio de Janeiro. O fidalgo português Miguel de Moura foi recebedor de uma grande sesmaria em Macacu, solicitada ao governador-geral Mem de Sá pelo próprio governador Cristóvão de

¹⁴ FRAGOSO, João Luís, Homens de grossa aventura, p.63.

¹⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na encruzilhada do Império, p.23

Barros.¹⁶ Essa sesmaria possuía quatro léguas de comprimento por três de largura, com o rio Macacu correndo ao meio. Segundo Serrão, *a mais vasta doação de terras que até então se fizera no Rio de Janeiro*.¹⁷ Moura não deu às suas terras de Macacu destino produtivo, e conforme as Ordenações Manuelinas¹⁸, que o obrigavam a aproveitá-las num prazo de três anos, estava fadado a perdê-las, caso não o fizesse. Moura então, fez doação da sua sesmaria de Macacu à Companhia de Jesus em 17 de dezembro de 1571. Era comum os inacianos receberem terras. Em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite, comentando sobre a doação de Miguel de Moura aos jesuítas registrou que a doação

confirmada em Lisboa, por El Rei, a 17 de dezembro de 1571(...) e registrou-se no Rio de Janeiro com o cumpra-se do Governador Cristóvão de Barros, a 27 de outubro de 1573. Nesse mesmo dia, tomou posse das terras o procurador do Colégio, Gonçalo de Oliveira. (...) Não se fizeram então as devidas demarcações “por causa da guerra”, ficando para logo que houvesse paz.¹⁹

Terras doadas e confirmadas, mas ainda a ser conquistadas aos indígenas. Nada “colonizáveis”, os tamoios ou tapuias, denominações que davam os portugueses aos índios inimigos, ao contrário de tupi às aliadas, só entregaram com sangue as férteis - embora em vários pontos alagadas - terras do vale do Macacu, ainda desconhecidas dos portugueses. A disputa atrasou o processo de medição, indispensável para a feitura do documento final de posse da terra. Os jesuítas tiveram que, talvez não tão pacientemente, aguardar o desfecho da contenda. Após encerrado o conflito com os índios, os Jesuítas passaram a proceder à anteriormente frustrada medição das suas terras macacuanas em julho de 1579, tendo sido as mesmas encerradas vinte anos após. Terras estas ambicionadas por sua força de produção.

¹⁶ O pedido de terras no Brasil poderia ter sido feito pelo próprio Moura, “invocando os serviços prestados ao monarca e a amizade que o ligava a Cristóvão de Barros.” Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico*. Vol. 1, Lisboa, 1965, p.132.

¹⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico*. Vol. 1, Lisboa, 1965, p.132.

¹⁸ Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/14p164.htm>> Acesso em: 13 abr. 2008.

¹⁹ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*

No processo de ocupação do vale do Macacu, Cristóvão de Barros, além das suas terras em Macacu, possuía também terras em Magé, concedidas por despacho do governador geral Mem de Sá, em outubro de 1566.²⁰ As terras de Barros principiavam no final da sesmaria que Miguel de Moura doara à Companhia de Jesus, estendendo-se por uma légua e adentrando o sertão. Os jesuítas, por sua vez, tal qual Cristóvão de Barros, também possuíam terras mageenses. A Companhia de Jesus e Cristóvão de Barros permutaram suas terras em 10 de maio de 1580. Barros ficou com as terras jesuíticas de Magé (que acrescentou às que já possuía naquela região) e os Jesuítas ficaram com as terras que Barros possuía ‘nos fundos’ das que os padres haviam ganho de Miguel de Moura. O negócio foi confirmado através do *Instrumento do concerto das terras de Magé com Cristóvão de Barros*²¹. Esta légua adicional aparece mencionada também como *légua da Sapucaia*.

A medição da *légua da Sapucaia* foi feita em 03 de setembro de 1587 e a demarcação das terras em 08 de setembro do mesmo ano, ampliando ainda mais as já extensas terras dos padres, combinando aldeamento, o de São Barnabé, com a aquisição de terras para instalação de uma fazenda produtora de alimentos, imprescindível para a sustentação econômica desse aldeamento. Segundo Serafim Leite, nas terras recebidas pelos jesuítas, e aumentadas com a légua permutada com Cristóvão de Barros, existiam

terras ainda suficientemente vastas para nelas se situar com o tempo esta Aldeia [de São Barnabé] e constituir, separada dela, uma importante fazenda, a que se dá o nome ora de Macacu, ora de Papucaia e às vezes Macacu na Papucaia. (...) Tentou-se em Macacu a criação do gado e a policultura, habitual às Fazendas dos Jesuítas, mas verificando-se que as suas terras se prestavam mais à cultura da mandioca, centralizou-se nela a fabricação da farinha do Brasil e diz-se em 1757 que era a mais importante fazenda do Colégio na produção de farinha. Ocupavam-se então nesse trabalho 223 servos. Para o serviço de lavragem e carretos existiam nela 117 bois e 20 cavalos. (...). Tomou conta dela para o Estado, em 1759, e da farinha que nela

²⁰ Segundo Serrão, Barros recebeu ‘*uma carta de sesmaria em 12 de Outubro de 1566 de uma terra com 4500 braças ao longo da água [da baía da Guanabara] e 7500 para o sertão de Magepe...*’ (Cf. Revista Trimensal do IHGB; tomo LXIII, parte 1ª; Rio de Janeiro, 1901, p. 96-98 apud SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI, p.137).

²¹ Livro de Tombo do Colégio Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.

achou e era muita, o Ouvidor do cível, homem correto, Gonçalo José de Brito.²²

As atividades anteriormente centradas na policultura e a pecuária, segundo Leite, foram modificadas para uma monocultura de mandioca visando a produção farinheira. Tanto o é, que a fazenda foi considerada por Leite, em 1757, como *a mais importante fazenda do Colégio na produção de farinha*. Informação que delega à ‘Colégio’ grande importância econômica, se levar-se em consideração, por exemplo, as dimensões de fazendas jesuíticas como a de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. A atividade farinheira da fazenda era possível devido às suas terras, disponibilidade de mão-de-obra – indígena e negra - e grande quantidade de bovinos e eqüinos para aragem e transporte das raízes para o engenho e da produção para outros centros consumidores. Em 1759, a produtiva unidade agrícola inaciana foi alvo da política de Pombal de expulsar os jesuítas de todas as possessões portuguesas. Moraes menciona que a expulsão dos padres da região macacuana, com conseqüente sequestro de seus bens encontra-se numa lista anexa a documentos enviados ao Conde de Bobadela no biênio 1759/60. A lista informa sobre a expulsão de 199 padres de propriedades jesuíticas em várias partes do Brasil. Cita a fonte: *Padres vindos no dito dia 11 [de novembro de 1759], remetidos da fazenda de Macacú pelo desembargador Gonçalo José de Brito Barros – 2.*²³ O jesuíta José Caeiro informou a respeito do seqüestro da fazenda de Papucaia, sua atividade econômica, cativos e o nome dos padres presos pelo desembargador:

De lá, assim como da fazenda do Saco, tirou grande quantidade de farinha de mandioca e muitas madeiras, traves e tábuas, além de trezentos e cinquenta escravos. Estavam lá os dois padres, Gonçalo Costa e Manuel Leão, que não tiveram razão de queixa pelo modo como foram expulsos.²⁴

A fonte confirma a informação de Serafim Leite, revelando que, além dos nomes dos jesuítas “gentilmente” expulsos e a destinação da fazenda para a produção farinheira, atividade nitidamente voltada para o abastecimento, os jesuítas dedicaram-se

²² LEITE, Serafim, História da Companhia de Jesus no Brasil, p.114-115.

²³ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro Typ. Americana, 1858-1863, 5 v.1, p. 479.

²⁴ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marques de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 194-195

também à extração de madeiras, indiciando que talvez possuísem artesãos voltados para seu aparelhamento, devido às *traves e tábuas* mencionadas. Outra informação refere-se à sua grande escravaria, composta por 350 cativos. Infelizmente Caeiro não oferece dados referentes à composição étnica, etária ou sexual desses escravos. Esses dois padres foram remetidos para Portugal, junto com os outros 197, na nau Nossa Senhora do Livramento e S. José em 14 de março de 1760.²⁵ Após a expulsão, o destino dessas terras ficou nas mãos das autoridades portuguesas. Sequestradas pelo Estado, as propriedades inicianas por toda a capitania do Rio de Janeiro seriam, aos poucos, arrematadas por compradores. Segundo fonte do Conselho Ultramarino, de 1785, que informa sobre a venda de algumas das fazendas inicianas no Rio de Janeiro²⁶, a “Fazenda da Papocaya” foi vendida pela quantia de 21:600\$000 (vinte e um contos e seiscentos mil réis).²⁷

No inventário de seqüestro da fazenda Papucaia quando ainda de posse da Companhia de Jesus²⁸ em muitos aspectos a fonte corrobora os dados de Caeiro, exceto na quantidade de cativos: o inventário dá 313, e não 350, como informado pelo jesuíta. A fonte possibilita o conhecimento das estruturas presentes na fazenda: uma capela com sacristia, despensas, casa dos padres, alojamentos para hóspedes, cozinha, refeitório, ferraria, olaria, carpintaria e um telheiro para os carros de bois da fazenda. Boa quantidade de gado: 80 bois, 44 vacas, 43 novilhos, 25 carneiros, 02 cavalos mansos, 03 éguas e 08 potros. Foram encontradas pelo desembargador 08 roças de mandioca em diferentes fases de maturação da raiz. De terras possuía uma légua (6.600m) em quadra. Sua escravaria era formada por 157 “machos” e 156 “fêmiaz”, num quase perfeito

²⁵ MORAIS, Alexandre José de Melo, *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil*, p.480.

²⁶ Junto com a “Papocaya” outras fazendas mencionadas na fonte, vendidas entre 1759 e 1785, foram: a fazenda de São Francisco Xavier (8:800\$000); Itapoca (20:890\$075); Macahé (34:330\$023) e Campos Novos (24:548\$428)

²⁷ Relação dos rendimentos e despesa anual dos bens confiscados aos extintos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1781 e 1785. AHU_ACL_CU_017, Cx.127, D.10151. Disponível em: <http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?idoc=86779&idimg=1157898&pagina=2>> Acesso em: 16 abr. 2009.

²⁸ Cópia do auto de inventário e seqüestro que mandou fazer o Doutor Desemb. Ouvidor Geral do Civil da Relação do Rio de Janeiro Gonçalo Jose de Brito Barros da Fazenda e mais bens a ela pertencentes chamada de Nossa Senhora da Conceição de Papocaia cita no Distrito da Vila de S. Antonio de Sá de Macacu. 11 de Nov. de 1759. Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. Arquivo Torre do Tombo, 1759-1760, maço 2038. (Fonte gentilmente cedida pela professora Marcia Amantino).

equilíbrio sexual. Esses escravos aparecem criteriosamente listados de acordo com o que foi encontrado por Gonçalo José de Brito Barros, organizados em famílias, com o nome do escravo marido, sua esposa, seguidos dos filhos. Aparecem também classificações como idade, etnicidade e graus de parentesco. O dado que não aparece é o preço dos cativos.

Várias notas, nas laterais das páginas, informam dados particulares de alguns cativos: se estavam ausentes, se se encontravam no Rio de Janeiro no Colégio e outras informações. Em separado há informação sobre alguns que vieram – ou deveriam vir - do Rio, já que o desembargador exigiu agrupar todos na fazenda (para vender tudo junto?). Inclusive, este teve o cuidado de reservar rações de arroz e feijão armazenados na fazenda para alimento dos cativos, fazendo inclusive menção de sua preocupação em garantir o sustento das crianças. Esse dado é importante, pois apresenta a realidade da produção de alimentos para o sustento da escravaria, bem como a possibilidade de que os cativos tivessem permanecido na fazenda por tempo dilatado. A mesma teria sido vendida, credita-se, de “porteira fechada”, com todos os cativos, a Nicoláo Bonarrota.

Os cativos da Fazenda habitavam várias senzalas, divididas em seções, conformando uma “rua direita” dividindo o espaço: eram 08 senzalas cobertas de telha, 04 cobertas de palha e mais outras 11 senzalas também cobertas de palha. Das 23 senzalas mencionadas, apenas 8 (35% em valor aproximado) eram cobertas com telhas. O restante (65%) era coberto com palha. A Fazenda era realmente especializada na produção de farinha, já que foram encontrados dois engenhos para a produção desse alimento em seu interior: um engenho foi listado como “Caza do Engenho de fazer Farinha.” Esse primeiro engenho, possuía “coatro Rodas chapiadas de Cobre, sinco fornos de Cobre, Hum sarilho, onze cochos em que se apara a massa, hua prença de espremer a mandioca, hua Roda de rellar Mandioca separada de dous veyos, duas cangalhas para os Boes que puxão pelo Engenho. Na mesma Caza se acha outra que serve de Armazem da Farinha”. Já o segundo, citado como “Caza da Farinha dos Escravos”, possuía “Trez Rodas de Rellar Mandioca com suas chapas de latão com seus cochos de dois veyos cada um.” Há um outro cocho, e mais “seis fornos de cobre de fazer Farinha.” O mesmo engenho aparece em outra parte do inventário como “Caza de fazer Farinha dos Escravos coberta de telha”. Farinha dos escravos ou para os escravos? Não poderia haver um único engenho produtor de tudo o que se precisasse?

Tal circunstância infere a possibilidade de que esses cativos pudessem fazer sua própria farinha.

Também se supõe, embora essa hipótese seja frágil pela ausência de menção na fonte, que os escravos possuísem roças próprias e até mesmo poderiam comercializar excedentes. Foram inventariados “Seiz canoas do servisso da fazenda, duaz mayores, e coatro mais pequenas”. Servia portanto, o rio Macacu como via do transporte da produção e movimentação dos padres e cativos pelo vale do Macacu até o aldeamento de São Barnabé e a cidade do Rio de Janeiro. É possível sustentar a presença de uma comunidade escrava na fazenda. Um dado que pode demonstrar uma integração cultural desses cativos é a existência de uma Irmandade de N. S. do Rosário. Os escravos envolviam-se em eventos religiosos, já que havia ao lado da Igreja uma “casa que serve de guardar o que pertence a mesma Igreja e Irmandade dos Pretos...” Foram inventariadas “Duaz bandeiras brancas para as Festaz dos Escravos com as Imagens da Senhora pintadas, hua do Rozario e outra da Conceição.” Há itens que poderiam pertencer à irmandade: “vinte hua Capaz de tafeté branco; Dez ditas de sarja branca muito uzadas; Dezaceis ditas vermelhas de Tafeté mto velhas, rottas e incapazes de servir..”

É evidente que esses escravos se reuniam num dado momento para suas Festas, estreitando laços de afinidade. Os inventários de outras fazendas inacianas apresentam a característica de não haver nelas a presença de escravos africanos, ao menos na capitania do Rio de Janeiro. Suas populações estavam circunscritas a crioulos, pardos e cabras. Entretanto, é possível, dada a grande entrada de cativos africanos no Brasil oriundos da região da África centro-ocidental, inferir que os escravos inacianos poderiam também ser descendentes de africanos dessa região e portanto, continuadores de tradições culturais. Tal circunstância contribuiria para a presença de uma comunidade escrava na fazenda, formada por essa grande escravaria, a qual se constituiria num grupo relativamente coeso. No caso, coesão proporcionada por um amálgama cultural, cultivado no tempo e no espaço da fazenda. Todas essas características apontam a possibilidade de formação da comunidade de cativos na fazenda. Segundo Carlos Engemann, comunidade escrava se definiria como

um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado. A partir disso, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades

comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro.²⁹

A escravaria da Fazenda Papucaia reúne todas essas condições: é extensa, com significativo equilíbrio sexual (descontando-se as crianças), organizadas em famílias no espaço definido pelos limites da fazenda e convivendo por um prazo dilatado de anos até o seqüestro da Papucaia pela Coroa Portuguesa e mesmo depois de sua venda para outro proprietário, sendo sido repassada sua propriedade através do dote³⁰. Concluindo, o inventário do seqüestro da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição de Papucaia vem acrescentar novos dados – e discussões – aos estudos acerca da Companhia de Jesus no Brasil e complementar o conjunto de fontes referentes às fazendas jesuíticas na Capitania do Rio de Janeiro.

²⁹ ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p.27

³⁰ CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravismo no Vale do Macacu*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, 2009, 275 p.